



CLIPPING INTERNET
25/10/2019 ATÉ 25/10/2019



INDÍCE

1	DECISÕES	
	1.1 BLOG CELSO ALMEIDA.....	1
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	2
3	INSTITUCIONAL	
	3.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	3
	3.2 BLOG MARCO DEÇA.....	4
4	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	4.1 BLOG VANDOVAL RODRIGUES.....	5

TJMA fixa tese jurídica para reajuste específico de 21,7% para servidores públicos

Após ter sido negado provimento ao agravo interno em recurso especial (nº 1774307-MA) pela Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Poder Judiciário do Estado do Maranhão aplicará a tese jurídica fixada pelo Plenário do Tribunal de Justiça (TJMA) no julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nº 17015/2016, que considera o reajuste de 21,7% específico a grupos setoriais de servidores.

Segundo a tese de relatoria do desembargador Paulo Velten, “a Lei Estadual nº 8.369/2006 trata de reajustes específicos de vencimentos concedidos a grupos setoriais de servidores, não versando sobre revisão geral anual, sendo incabível, a pretexto de assegurar a isonomia, estender a aplicação de seus dispositivos a servidores por ela não contemplados expressamente”.

A instauração do Incidente pelo Pleno do TJMA ocorreu em 25 de maio de 2016, sendo um dos primeiros IRDRs do país, admitido já no segundo mês de vigência do novo CPC, diante da repetição de processos versando sobre a mesma questão de direito e em razão da existência de dissídios no 1º grau e no âmbito das Câmaras Cíveis Isoladas e Cíveis Reunidas do TJMA “com vistas à formação de tese jurídica acerca de eventual direito dos servidores estaduais à diferença de 21,7%”.

Segundo o voto do desembargador, o cerne da controvérsia travada no IRDR residiu em saber a natureza jurídica da Lei Estadual nº. 8.369/2006. “Se é lei de revisão geral anual, caso em que o índice de correção deve ser aplicado sem distinção para todos os servidores; ou se se trata apenas de lei de reajuste específico, hipótese em que o percentual de aumento pode ser aplicado de forma diferenciada”, explica o relator.

O relator entendeu que, na espécie, conquanto o art. 1º caput da Lei Estadual 8.369/2006 tenha reajustado em 8,3% a remuneração dos servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público “verifico que o parágrafo único do mesmo art. 1º expressamente assentou que o referido percentual não seria aplicado aos servidores já beneficiados com reajustes anteriores, concedidos pelas Leis 8.186/2004 (Magistério de 1º e 2º grau), 8.187/2004 (Magistério Superior), 8.329/2005 (Ministério Público), 8.330/2005 (Magistratura) e 8.331/2005 (servidores do TCE)”.

Nesse sentido, Velten afirmou que “uma vez excluídos vários grupos de servidores, força é reconhecer que a Lei Estadual 8.369/2006 não tratou de revisão geral face a ausência do requisito de generalidade”. Concluiu, também, que o objetivo da Lei em conceder reajuste específico “fica ainda mais evidente quando se verifica que os servidores excluídos pela Lei Estadual 8.369/2006 são exatamente aqueles que já haviam recebido aumento efetivo nos anos anteriores (2004 e 2005) e que, por isso mesmo, não deveriam ter a remuneração majorada novamente em 2006”.

NUGEP

Para dar publicidade ao tema, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) emitiu o Ofício nº. 72/2019 aos magistrados do Poder Judiciário do Maranhão para informar que é possível aplicar, desde logo, nos termos do art. 985 do CPC, a tese jurídica fixada pelo Plenário do TJMA, no julgamento do IRDR nº 17015/2016.

Espionagem: Comissão de Segurança da Câmara ouvirá PGJ em São Luís

A Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado federal Capitão Augusto (PL-SP), ouvirá em São Luís o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

O requerimento aprovando a oitiva - que ocorrerá no dia 7 de novembro - foi apresentado pelo deputado federal Aluisio Mendes (PSC-MA).

O objetivo é obter informações sobre como anda a apuração da denúncia de espionagem contra o secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB).

O titular da SSP tem sido acusado pelos delegados Ney Anderson Gaspar e Tiago Bardal de ter determinado grampos ilegais contra desembargadores e políticos maranhenses. Ele nega. “Não apontaram nenhum ato praticado por mim”, disse o secretário ao Blog do Gilberto Léda, no início do ano.

Além do PGJ, a Comissão ouvirá, na sede da Polícia Federal no Maranhão, o próprio Ney Anderson e o ex-delegado Tiago Bardal, no dia 8 de novembro, às 9h. No caso deste, foi encaminhada solicitação ao juiz da 1ª Vara Criminal de São Luís, Ronaldo Maciel, para garantir o deslocamento do delegado para a sede da PF.

“Ciente de que o convidado se encontra preso, solicitamos, com a máxima urgência, tendo em vista a exiguidade do prazo, autorização de V. Exa. para que o preso acima citado possa se deslocar do local da respectiva prisão para as dependências da sede da Polícia Federal em São Luís, sob a escolta da Polícia Federal, garantindo-se assim que seja ouvido, nos termos da lei”, diz trecho da solicitação.

Saiba mais

Câmara vai cobrar do MP resultado da investigação sobre espionagem

Deputados federais que apuram denúncias de grampos autorizados pelo secretário de Segurança Jefferson Portela marcaram para novembro visita ao Maranhão, onde também ouvirão os delegados Ney Anderson Gaspar e Tiago Bardal

Membros da Comissão de Segurança da Câmara Federal, presidida pelo deputado federal Capitão Augusto (PL-SP), estarão em São Luís, no início de novembro.

Os deputados vão visitar a o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, no dia 7. No dia seguinte, ouvirão os delegados Ney Anderson e Tiago Bardal, na sede da Polícia Federal.

Do procurador-geral de Justiça, os deputados federais querem saber a quantas anda a investigação do Ministério Público aberta para apurar as denúncias de grampos ilegais em autoridades determinados pelo secretário de Segurança, Jefferson Portela.

Já os dois delegados autores da acusação contra Portela - que, inclusive, já foram ouvidos em Brasília - devem reafirmar a acusação de grampos contra desembargadores, filhos de desembargadores e políticos, principalmente aqueles que não são da base do governador Flávio Dino.

A vinda ao Maranhão deve gerar relatório circunstanciado da Comissão de Segurança da Câmara Federal...

Prefeito Zezildo conhece projeto itinerante e anuncia que pretende abrir posto permanente, em Santa Helena

25 de outubro de 2019 / 12h 25

O prefeito do município de Santa Helena, Zezildo Almeida, demonstrou interesse em abrir um posto permanente de conciliação na cidade, depois de conhecer o projeto itinerante do Tribunal de Justiça do Maranhão, no Fórum Desembargador Almeida Silva, e de conversar com o juiz coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, Alexandre Abreu, nesta quinta-feira (24).

No dia anterior, o juiz Alexandre Abreu já havia explicado os benefícios da solução adequada de conflitos para a secretária de Assistência Social de Santa Helena, Laurinete Lobato, e para a procuradora do município, Laurine Lobato. Elas ficaram entusiasmadas e conversaram com o prefeito, que decidiu ver de perto a ação dos conciliadores.

No encontro, o juiz falou da possibilidade de uma parceria institucional, em que o Poder Judiciário – com sua estrutura técnica e formação de capacitação – prepara pessoas do município e oferece a estrutura de tecnologia para que, a partir disso, o município possa desenvolver o trabalho de conciliação continuamente.

O gestor municipal afirmou que o projeto requer um pouco de estudo, mas considera a ideia da parceria muito boa. “Hoje, existem muitas questões que poderiam ser finalizadas lá embaixo, não precisaria chegar até a Justiça, então é um trabalho muito importante”.

O prefeito já até vislumbra a presença do posto no centro administrativo do município. “É um prédio próprio, onde já tem várias secretarias, já tem vários serviços prestados à comunidade”, disse o gestor, acompanhado na visita também do assessor técnico Nivaldo Lobato e do presidente da Câmara Municipal, Jorge Malhadeira.

O juiz Alexandre Abreu enalteceu a possibilidade da parceria, a exemplo de entendimentos iniciados em todos os municípios por onde o projeto Conciliação Itinerante tem passado com êxito.

“Aqui, em Santa Helena, não foi diferente. A medida alcançou seu resultado, o impacto foi positivo, a percepção da municipalidade foi extremamente positiva. E o investimento para o ganho social não chega a ser significativo”, resumiu.

O defensor público de Santa Helena, Pablo Furtado, órgão que participa da ação itinerante em vários municípios em parceria com o Tribunal de Justiça, comemorou a notícia da provável instalação do posto na comarca. “A gente precisa, realmente, dessa parceria, para conseguir esses objetivos que a gente tanto quer, que é desafogar o Judiciário, dar celeridade aos processos e mais eficácia para a solução dos conflitos”.

DIVÓRCIO - Como sempre acontece nos atendimentos de demandas não-processuais (sem ação na Justiça), os pedidos de divórcio estiveram entre os casos mais frequentes.

Isidoro Silva, de 67 anos, e Joana Pereira Silva, 61, foram informados pela filha de que eles poderiam oficializar o divórcio gratuitamente com os conciliadores do projeto. Eles foram casados por apenas um ano e meio e estavam separados havia 41 anos. “É por causa da condição que não tinha. Nós já tentamos duas vezes, mas não teve o dinheiro”, explicou dona Joana.

Os dois saíram da van do projeto Conciliação Itinerante satisfeitos e com o divórcio encaminhado para homologação. “Bem bacana, bem legal o pessoal que trabalha aí”, elogiou seu Isidoro.

SEM DÚVIDA - Em meio a tantos pedidos de investigação de paternidade, outro serviço bastante requisitado pelos cidadãos que buscam a solução de conflitos, um caso chamou a atenção. O pescador Elenilson Barbosa foi fazer o reconhecimento espontâneo de paternidade de uma garota de 5 anos, dispensando o exame de DNA.

“Nunca duvidei. Vim por espontânea vontade mesmo, para reconhecer, botar meu nome no documento dela. Queria mesmo reconhecer como filha no papel”, disse Elenilson, que foi namorado da mãe da menina.

O projeto Conciliação Itinerante, no Fórum Desembargador Almeida Silva, será encerrado nesta sexta (25).

As sessões de conciliação em Santa Helena estão sendo conduzidas pelos conciliadores Washington Coelho, Bruna Diniz, Guilherme Freire e Rafaela Moura, capacitados para atuação na solução de conflitos, além do próprio juiz coordenador, Alexandre Abreu, e da coordenadora Ana Larissa Serra.

SERVIÇOS - Durante a programação na cidade, diversos serviços do projeto Conciliação Itinerante serão oferecidos aos jurisdicionados: renegociação de dívidas, divórcio, pensão alimentícia, coleta de DNA para investigação de paternidade, guarda, dentre outras demandas relacionadas a direito do consumidor, família e problemas de vizinhança.

Os cidadãos interessados devem se dirigir ao local do evento, onde serão recebidos por equipes de servidores da Justiça e da Defensoria Pública, em unidades móveis. As sessões serão conduzidas por conciliadores devidamente capacitados para atuarem na solução de conflitos.

COMO PARTICIPAR - Para participar da sessão de conciliação durante o projeto, o jurisdicionado ou a parte deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (faturas, registro de imóvel, certidão de casamento etc.).

A equipe coordenadora informa que, caso as partes envolvidas já estejam predispostas a participar da sessão de conciliação, podem se apresentar, sem agendamento prévio, no dia do evento.

Além dos parceiros já conveniados com o TJMA, outras empresas e entidades que tiverem interesse em participar do projeto Conciliação Itinerante podem solicitar sua inserção por meio do Nupemec (conciliar@tjma.jus.br).

Eleição na AML

O empresário Carlos Gaspar deverá ter o seu nome aclamado, no dia 28 de novembro, para suceder Benedito Buzar na presidência da Academia Maranhense de Letras, durante o próximo biênio - 2020/2021.

Gaspar terá como vice o desembargador Lourival Serejo, que assumiu um compromisso com ele: o de comandar a Casa de Antonio Lobo durante as suas ausências, já que tem uma agenda repleta de viagens no próximo ano, incluindo uma longa temporada em Portugal.

Os dois, com os demais integrantes da Diretoria, deverão tomar posse na primeira sessão de março de 2020, o que coincidirá com o fim do tradicional recesso dos acadêmicos, no começo do ano. ?itoral.